

PROJETO DE LEI N.º 3.411, DE 2025

(Do Sr. Merlong Solano)

Acrescenta o art. 30-A à Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para dispor que o incentivo a projetos culturais contenha medidas de democratização, descentralização e regionalização do investimento cultural.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE

CULTURA;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54 RICD) E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. MERLONG SOLANO)

Acrescenta o art. 30-A à Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para dispor que o incentivo a projetos culturais contenha medidas de democratização, descentralização e regionalização do investimento cultural.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 30-A:

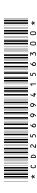
Art. 30-A. O incentivo a projetos culturais de que trata este Capítulo conterá medidas de democratização, descentralização e regionalização do investimento cultural, com ações afirmativas e de acessibilidade que estimulem a ampliação do investimento e dos projetos culturais incentivados nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste e em projetos de impacto social relevante, na forma do regulamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei que ora apresentamos acrescenta o art. 30-A à Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, também denominada Lei Rouanet, para dispor que o incentivo a projetos culturais contenha medidas de democratização, descentralização e regionalização do investimento cultural com ações afirmativas e de acessibilidade que estimulem a ampliação do investimento e dos projetos culturais incentivados nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste e em projetos de impacto social relevante.





A Constituição Federal (CF/1988) preceitua que a redução das desigualdades sociais e regionais é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil (art. 3°, III). Entretanto, a despeito dos inúmeros aspectos positivos das legislações de incentivo cultural, a exemplo da Lei Rouanet, ainda se verifica uma excessiva concentração de projetos culturais, incentivados pela via do mecenato, nas regiões Sudeste e Sul.

A recente pesquisa Panorama dos Incentivos Fiscais¹, aponta que, em 2023, os incentivos por meio de renúncia fiscal aos diversos projetos cadastrados foram destinados às regiões administrativas na seguinte proporção:

Região favorecida	Percentual do incentivo
Nordeste	8%
Norte	1,89%
Centro-Oeste	3%
Sul	17,93%
Sudeste	69,18%

Fonte: Panorama dos Incentivos Fiscais (Simbi, 2024)

Para efeito de comparação, de acordo com o último Censo do IBGE (2022), 26,9% da população brasileira reside na região Nordeste, ao passo que somente 8% dos projetos incentivados pelas leis federais foram destinados àquela região. É essa realidade que pretendemos enfrentar com o PL ora apresentado.

Mediante acréscimo do art. 30-A à Lei Rouanet (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991), em dispositivo integrante o Capítulo IV daquela Lei (Do Incentivo a Projetos Culturais), na forma do regulamento, pretendemos incitar que os projetos culturais sejam direcionados à democratização, descentralização e regionalização do investimento cultural, inclusive mediante

Pesquisa conduzida pela Simbi com os patrocínios de B3 Social, Ambev, Itaú, Instituto ACP e Fundação Grupo Volkswagen. Disponível em: https://conteudo.simbi.social/panorama-dos-incentivosfiscais-2024. Acesso em: 6 jul. 2025.





ações afirmativas que estimulem a ampliação dos projetos culturais incentivados nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Esta Proposição se inspira no Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura. Por meio deste Decreto, o Ministério da Cultura (MinC) criou o programa Rouanet Nordeste, que visa democratizar o acesso aos recursos da Lei Rouanet para o povo nordestino, com investimento previsto de até R\$ 50 milhões para apoiar projetos culturais².

À medida que apoiamos iniciativas democratizadoras e de desenvolvimento regional, consideramos importante que esse dispositivo do Decreto nº 11.453, de 2023, seja alçado à categoria de legislação federal, para que se torne uma política pública perene, porque além de corroborar com um objetivo fundamental da República, avança na promoção das manifestações culturais regionais (art. 215 da CF/1988) e contribui diretamente para o cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010) e pelo Sistema Nacional de Cultura (Lei nº 14.835, de 4 de abril de 2024).

Ante o exposto, conclamamos os nobres Pares a aprovarem este meritório Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado MERLONG SOLANO

2025-9663

Fonte: Matéria da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/distribuicao-regional-de-recursos-da-lei-rouanet-e-aperfeicoada-visando-nacionalizacao-dos-incentivos. Acesso em: 6 jul. 2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991	https://www2.camara.leg.br/legin/f
	ed/lei/1991/lei-8313-23-
	dezembro1991-363660-norma-
	<u>pl.html</u>

FIM DO DOCUMENTO